



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026-PMT

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026 de 15/01/2026)

Processo licitatório destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em âmbito LOCAL E REGIONAL (AMENORTE, AMERIOS E AMUSEP) nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) e conforme § 3º, Decreto Municipal 104/2020 com alteração dada pelo Decreto Municipal nº 051/2025.

O MUNICÍPIO DE TAPEJARA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 104/2020, com alteração dada pelo Decreto nº 051/2025, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, EM TRATAMENTO DE SAÚDE ESPECIALIZADO OU DE USO CONTÍNUO E OS MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 07:30 horas do dia 06/02/2026

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 07:30 às 07:59 horas do dia

06/02/2026 **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:00 horas do dia 06/02/2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR

ITEM MODALIDADE DE DISPUTA: Aberto

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 587.835,93 (quinhentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: <https://licitanet.com.br>

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de TAPEJARA (www.TAPEJARA.pr.gov.br); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de TAPEJARA. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442 3677-1222 E/OU no Portal LICITANET (<https://licitanet.com.br>).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442 – TAPEJARA-Pr, OU por meio do Telefone (44) 3677-1222

TAPEJARA – PR, 15 de janeiro de 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

MARIA EDUARDA VILAS BOAS
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026-PMT

(Processo Administrativo nº 005/2026 de 15/01/2026)

Processo licitatório destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em âmbito LOCAL E REGIONAL (AMENORTE, AMERIOS E AMUSEP) nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) e conforme § 3º, Decreto Municipal 104/2020 com alteração dada pelo Decreto Municipal nº 051/2025.

O MUNICÍPIO DE TAPEJARA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 104/2020, com alteração dada pelo Decreto nº 051/2025, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a

1. DA LICITAÇÃO

seguir:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, EM TRATAMENTO DE SAÚDE ESPECIALIZADO OU DE USO CONTÍNUO E OS MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 07:30 horas do dia

06/02/2026 **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 07:30 às 07:59 horas do dia

06/02/2026 **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:00 horas do dia 06/02/2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR

ITEM DO DE DISPUTA: Aberto

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 587.835,93 (quinhentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: <https://licitanet.com.br>

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

INFORMAÇÕES: Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442 – TAPEJARA-Pr, OU por meio do Telefone (44) 3677-1222.

Para acompanhar o processo licitatório, o proponente deverá acessar o site <https://licitanet.com.br> – Acesso Público – Promotor TAPEJARA.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, por meio do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da LICITANET**.

Os trabalhos serão conduzidos por **PREGOEIRO** do MUNICÍPIO DE TAPEJARA – designado pela autoridade competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **LICITANET** (<https://licitanet.com.br>).



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação todas as quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

2.2. Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, às **MICROEMPRESAS (ME)**, **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)** e aos **MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)**, que declararem e comprovarem regularmente essa condição.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados não excedam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no endereço <https://licitanet.com.br>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS TÉCNICOS QUE INVIABILIZEM O CADASTRO DO FORNECEDOR NA PLATAFORMA LICITANET PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, BEM COMO POR ORIENTAR O SISTEMA. DESTE MODO, RECOMENDA-SE QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME, EFETUEM O CADASTRO O MAIS BREVE POSSÍVEL, DE MODO A EVITAR TRANSTORNOS POR QUESTÕES RELATIVAS À INTERNET OU À INCOMPATIBILIDADE DE *HARDWARE*, *SOFTWARE* OU QUALQUER OUTRAS QUESTÕES QUE POSSAM PREJUDICAR A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE. EM CASO DE DÚVIDA, O LICITANTE DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA LICITANET.

2.3.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada – diretamente ou por seu representante – no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do processo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da mesma, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta Licitação os fornecedores:

2.4.1. Que não atendam às condições deste Edital de Licitação e seu(s) anexo(s);

2.4.2.

Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente;

Que estejam nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens e serviços relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo licitatório ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores

a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) agente público do órgão ou entidade licitante.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.1. Aplica-se o disposto no item “c)” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, como intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.5.2. A vedação de que trata o item “g)” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.6. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei nº 14.133/21.

2.6.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, poderão ser estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional, poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitação do Brasil – LICITANET, através do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail contato@LICITANET.org.br.

3. DO INGRESSO NO PREGÃO ELETRÔNICO E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa do Pregão Eletrônico se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

3.2 Após a divulgação do Edital de Pregão Eletrônico, o licitante interessado deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/modelo do produto, quando for o caso, e o preço (MENOR PREÇO), até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante apresentará declaração de que:

3.3.1 A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos Termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entregadas propostas.

3.3.2 Não empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em **cooperativa** deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como ME, EPP, MEI ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

2021.

3.5.1.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.6.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.9 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

3.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.11 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.12 Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, como registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.12.1 Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste edital.

3.12.1.1 Sempre juízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Licitação;

3.12.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assume valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital.

4.DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FASE DE LANCES

4.1. Após o prazo previsto para acolhimento, o Sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

4.2. A partir do horário e do dia previstos no Sistema "LICITANET", terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

4.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

4.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

- 4.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 4.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.
- 4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 4.8. O licitante somente poderá oferecer **VALOR** inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 4.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 4.10.1 Adotado o modo de disputa aberto, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Já para o modo de disputa “aberto e fechado”, tal previsão é facultativa.
- 4.10.2 O subitem acima poderá ser acrescentado para incluir intervalo mínimo de valor (em moeda corrente) ou de percentuais entre os lances, que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013, e do art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.
- 4.11. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 4.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico **O MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **10 (dez) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 4.14. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.14.1 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.16. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecidos nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.17. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 4.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.21. O Critério de julgamento adotado será **o menor valor unitário do item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 4.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta. Caso essa não seja superior ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

valormáximo unitário do item estabelecido em edital.

- 4.23.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 4.24.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 4.25.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 4.26.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 4.27.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.28.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento do Pregão Eletrônico.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance, **no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, após encerramento do certame.**

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar a data de sua apresentação

5.5 Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

5.5.1 Contiver vícios insanáveis;

5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas por minorizadas no aviso de licitação ou em seus anexos;

5.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços – global ou unitário – simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha (quando for o caso) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Licitação.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos indicados no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Habilitação Jurídica:

- a) Para **Empresário Individual**: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Para **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) Para **Sociedade Cooperativa**: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- d) Para **Sociedades Cíveis**: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- e) Para **Sociedades Comerciais**: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado);
- f) Para **Sociedades por Ações**: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

6.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pelo participante.

6.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

6.2.1 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**;

6.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;

6.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Estadual**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;

6.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Municipal**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;

6.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;

6.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

6.2.7 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.2.7.1 Se o objeto referir-se a compra de bens, será exigida inscrição no cadastro de contribuinte estadual, se referir-se a prestação de serviços, será exigida inscrição municipal.

6.3 Qualificação Econômico-Financeira:

6.3.1 **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.

6.5. Outras comprovações:

6.5.1 Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até **90 (noventa) dias** a contar da data de emissão.

6.5.2 **Alvará de Licença Sanitária**, expedida pela unidade competente, da esfera estadual ou municipal, da sede da empresa licitante, compatível com o objeto licitado;

6.5.3 . **Autorização de Funcionamento da Empresa – ‘AFE’**, emitido pela ANVISA para comercialização de **medicamentos comuns**, acompanhada de sua publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.), dentro do prazo de validade, para os medicamentos comuns;

6.5.4 **Autorização de Funcionamento da Empresa – ‘AFE’**, emitido pela ANVISA para comercialização de **medicamentos controlados**, acompanhada de sua publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.), dentro do



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

prazo de validade, para os medicamentos controlados;

6.5.5 Declaração de Responsabilidade Unificada, constante no Anexo I do presente instrumento.

6.5.5.1 Em caso de incongruências no documento apresentado/anexo, o **Pregoeiro** poderá diligenciar a fim de solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma LICITANET, quanto às declarações contidas no referido termo;

6.5.5.2 O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo **Pregoeiro** na Plataforma LICITANET;

6.5.5.3 Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;

6.5.5.4 A diligência prevista no subitem 6.5.2.1 não se aplica para fornecedores que deixaram de anexar a Declaração de Responsabilidade Unificada.

6.5.6 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma LICITANET.

6.6 Habilitação imediata dos Arrematantes

6.6.1 Os licitantes encaminharão os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema, devendo realizar **upload dos documentos relacionados nos itens 6.2 a 6.5 deste edital**, no prazo estabelecido no item 1.2, que servirão para **adjudicação**, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.

6.6.1.1 Esses documentos só estarão disponíveis aos licitantes após o encerramento da disputa do Pregão.

6.6.2 Quando um item for arrematado, o Pregoeiro realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação.

6.6.2.1 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.6.2.2 Documento ausente, que atesta condição de habilitação preexistente a abertura do certame, deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

6.6.3 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, mesmo após as devidas diligências, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta em conformidade com o edital.

6.6.4 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

7. CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

7.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ como endereço respectivo.

7.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Negativa de Débito se o CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.2. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançar a Nota Fiscal/Fatura.

7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.3.1, implicará decadência do direito a contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.4.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Licitação e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentar-se em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.6.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

8. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.

8.2 As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, em campo específico da plataforma LICITANET, em **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.**

8.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

8.4 O Pregoeiro deverá julgar as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento em até **03 (três) dias úteis**, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo, para tanto, requisitar subsídios formais ao setor técnico competente.

8.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada pelo sistema e vinculará os participantes e a Administração.

8.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando o disposto no §1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 Após a empresa arrematante ser declarada vencedora e provisoriamente habilitada, o Pregoeiro abrirá prazo de **10 (dez) minutos**, durante o qual o licitante poderá, **exclusivamente via Sistema LICITANET**, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

9.2.1 Caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

9.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentaras razões recursais, exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo “Interp. Recursos”).

9.4 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, também exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo “Contrarrazão”), assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, submeter o processo à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

9.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Concluído o julgamento, com a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, o processo será remetido à autoridade superior para a homologação do resultado.

10.2 - A convocação do licitante vencedor será procedida por meio de notificação, no prazo de 05(cinco) dias a partir do recebimento, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação.

10.3 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qual seja 12 (doze) meses, o licitante vencedor deverá manter as condições para habilitação e classificação da proposta.

10.4 - No ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, se o licitante vencedor não apresentar situação regular de habilitação, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o contrato, observado a ordem de classificação das propostas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.5 - As quantidades indicadas no Anexo I referem-se ao consumo no período de 12 (doze) meses, ficando as entregas parciais das mesmas condicionadas à emissão de Autorizações de Fornecimento pelo Departamento Competente.

10.6 - O fornecimento parcelado dos produtos será efetuado nos locais indicados pelo Departamento Competente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento do Aviso de Fornecimento (EMPENHO).

10.7 - As remessas dos produtos deverão ser acompanhadas da respectiva nota fiscal, onde deverá constar nome do produto, marca quantidade fornecida, valor unitário e valor total.

10.8 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com Edital.

10.9 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

11.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmada **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** ou emitido instrumento equivalente.

11.1.1 Neste sistema, as contratações são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata. A existência de preços registrados **não** obriga o Município a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

11.2 A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/21 e do art. 46, do Decreto Municipal nº 104/2020 e Decreto Municipal nº 051/2025, e será subscrita pela autoridade competente.

11.3 Na hipótese de o licitante formular proposta com quantidade inferior à demandada, serão registrados em ata os preços dos licitantes classificados, até que seja atingido o total licitado do bem ou serviço, em função da capacidade de fornecimento dos licitantes, na forma do inciso IV, do art. 82, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.4 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.4.1 O prazo previsto para assinatura da Ata ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitido pela empresa adjudicada, implicam o reconhecimento de que:

11.5.1 Referida Nota está substituindo a Ata de Registro de Preços, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.5.2 A Adjudicatária se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos;

11.5.3 A Adjudicatária reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.6 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantagem dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21.

11.6.1 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo realizado no primeiro ano de vigência da ata, nos termos do Decreto Municipal nº 104/2020 e do Decreto Municipal nº 051/2025.

11.7 O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias, após entrega**, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

11.7.1 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após sua reapresentação.

11.7.2 As notas fiscais deverão ser apresentadas na entrega dos produtos.

11.7.3 O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

11.7.4 Os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	Unid.	Funcional Programática	Categoria Econômica	Red.	Recursos Financeiros	Fonte
11	001	1030100232020	3.3.90.32	407	Material Bem, ou Serviços para Distribuição Gratuitas	303
11	001	1030100232020	3.3.90.32	410	Material Bem, ou Serviços para Distribuição Gratuitas	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **Município de TAPEJARA**, com CNPJ nº **76.247.345/0001-06**, com as informações contidas na Nota de Empenho.

11.2 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

11.2.1 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Detentora da Ata, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Órgão Gerenciador, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

11.3 Será admitida a revisão dos preços, para fins da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e das condições efetivas da proposta, tendo como fundamento o desequilíbrio advindo de fato imprevisível ou externo à vontade das partes, que venha a causar abalo significativo, ocasionando a onerosidade da prestação.

11.4 PRAZO DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

11.4.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a ser firmada entre a Prefeitura Municipal de Tapejara e os vencedores do certame, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

12. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

12.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, nos seguintes modos:

12.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2 O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de TAPEJARA o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

12.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.

12.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

12.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a DETENTORA DA ATA às sanções administrativas pertinentes.

12.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de TAPEJARA poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

12.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

12.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

12.7.3 Não aceitar reduzir o preço da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

12.7.4 Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

12.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

12.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

12.8.1 Por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

12.8.2 A pedido do fornecedor;

12.8.3 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.8.4 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.8.5 Não aceitar reduzir o preço da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

12.8.6 Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

12.8.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado

13.DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1 Dar causa à inexecução parcial da ata;

13.1.2 Dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 Dar causa à inexecução total da ata;

13.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6 Não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução da ata;

13.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata;

13.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

13.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.8a a 13.1.12 deste Edital, bem como nos subitens 13.1.2 a 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão da ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

d.2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da ata, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.3) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto;

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

13.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º).

13.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

15.1. O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada da sessão pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1.2.7, deste Edital.

15.2. O procedimento será divulgado no LICITANET <https://licitanet.com.br>, no Portal de Transparência do Município de TAPEJARA – www.tapejara.pr.gov.br, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

15.3. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

15.4. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (art. 71 da Lei 14.133/21)

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.4.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.4.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.4.3 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e os procedimentos auxiliares da licitação.

15.5. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) Adiada a data da abertura desta licitação;
- b) Alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a realização do certame.

15.6 . As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão dia do início e incluir-se-ão do vencimento.

15.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

15.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.11. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

15.12. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de TAPEJARA, Diretoria de Licitações e Contratos, situada a Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442– TAPEJARA – PR.

15.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.14. O foro de cidade de TAPEJARA, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.15.1.** ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E MODELO DE PROPOSTA;
- 15.15.2.** ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO;
- 15.15.3.** ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA;
- 15.15.4.** ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

TAPEJARA – PR, 15 de janeiro de 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
PrefeitoMunicipal

MARIA EDUARDA VILAS BOAS
Secretária da Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026–PMT

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026 de 15/01/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, 'a' e 'e', da Lei nº 14.133/2021)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, EM TRATAMENTO DE SAÚDE ESPECIALIZADO OU DE USO CONTÍNUO E OS MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL, conforme segue:

SEQ	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	CÓDIGO	Empresa A	Empresa B	Banco de Preço	Media R\$	QDE	VALOR TOTAL
1.	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, DOSAGEM: 100 MG – (ASPIRINA PREVENT 100 MG) cx c/ 30 – ORDEM JUDICIAL – não trocar	BR0267502	24,92	26,92	0,15	17,33	30CXS	519,90
2.	ALPRAZOLAM, 1 MG – cx c/30	BR 0271356	8,50	9,50	0,28	6,09	15cxs	91,35
3.	ALPRAZOLAM, 2 MG – cx c/30	BR 0284465	18,00	19,00	0,25	12,41	20cxs	248,20
4.	ARIPIPAZOL 10 MG – CX C/ 30 CPR (ARISTAB 10MG)	BR0364780	209,85	212,85	1,76	141,48	15cxs	2.122,20
5.	ARIPIPAZOL 15 MG – CX C/ 30 CPR (ARISTAB 15MG)	BR0284101	381,89	384,89	2,12	256,30	25cxs	6.407,75
6.	ARIPRIPAZOL gotas – 20mg/ml – frasco de 30ml	BR 476830	498,38	499,38	20,53	339,43	20frasco	6.788,60
7.	ARIPRIPAZOL SUSP 1MG/ML – c/seringa – 150ml	BR 472780	222,81	225,81	138,79	195,80	20frasco	3.916,00
8.	ARTROGEN DUO - CX C/ 30 SACHE - PEPTÍDEOS DO COLÁGENO - SUPLEMENTO NUTRICIONAL, COMPONENTES: PEPTÍDEOS DE COLÁGENO ASSOCIADO A VITAMINAS, COMPONENTES ADICIONAIS: COM SABOR, APRESENTAÇÃO: PÓ PARA USO ORAL - SACHE 10,00 G	BR 0434950	190,00	198,00	12,19	133,39	36cxs	4.802,04
9.	ATENSINA 100MG - CLORIDRATO DE CLONIDINA - 100mg – cx c/ 30 cpr	BR 0272043	10,89	13,89	0,34	8,37	30cxs	251,10
10.	ATENSINA 150MG - CLORIDRATO DE CLONIDINA — CX C/ 30 cpr	BR 0272044	13,59	15,59	0,29	9,82	30cxs	294,60
11.	AVAMYS - FUROATO DE FLUTICASONA - MOMETASONA FUROATO - CONCENTRAÇÃO: 0,0275%, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO NASAL SPRAY 120 DOSES	BR 0337457	76,61	78,61	34,09	63,10	50frasc	3.155,00
12.	BACLOFENO – CONCENTRAÇÃO 10MG CX C/ 30	BR 271746	25,00	27,00	0,25	17,41	50 cxs	870,50
13.	BART H300MG - IRBESARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 300MG+12,5MG - cx c/ 30	BR 273390	154,63	158,63	25,93	113,06	24cxs	2.713,44
14.	BENICAR HCT 40/25- OLMESARTANA MEDOXOMILA + HIDROCLOROTIAZIDA 40MG+25MG – CX C/ 30 CPR –	BR0296744	110,58	117,58	0,94	76,36	36cxs	2.748,96
15.	BENICAR TRIPLIO 40/25/10 - OLMESARTANA MEDOXOMILA, COMPOSIÇÃO ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, ANLODIPINO, CONCENTRAÇÃO 40MG X 25MG X 10MG CX. C/ 30	BR 486453	196,27	199,27	99,53	165,09	24cxs	3.962,16
16.	BETAISTINA DICLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 24MG CX C/ 30	BR 343573	20,00	22,00	0,53	14,17	12cxs	170,04
17.	BROMAZEPAM, DOSAGEM: 3 MG – CX C/ 30	BR 0271773	8,00	10,00	0,18	6,06	25cxs	151,50
18.	BROMAZEPAM, DOSAGEM: 6 MG – CX C/30	BR 0271774	10,00	14,00	0,22	8,07	30cxs	242,10
19.	BROMIDRATO DE CITALOPRAN 20MG – CX C/30	BR 272903	16,00	13,00	0,20	9,73	48cxs	467,04
20.	CALCEOS KIDS (MAGNÉSIO, CÁLCIO, FÓSFORO E ZINCO) frasco 200ML	BR 0439865	62,00	65,00	144,73	90,57	25fr	2.264,25
21.	CANABIDIOL 20MG/ML – FRASCO C/ 30ML + SERINGA	BR 453826	291,54	295,54	247,13	278,07	60fr	16.684,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

22.	CARDIZEM SR - 120MG – CX C/20 - CLORIDRATO DE DILTIAZEM -DOSAGEM:120MG :AÇÃO PROLONGADA –	BR 0267572	82,23	84,23	2,26	56,34	60cxs	3.380,04
23.	CARMELOSE SÓDICA - CONCENTRAÇÃO:10 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO OFTÁLMICA	BR 0305429	38,37	39,37	41,89	40,04	40 frasco	1.601,60
24.	CENTRUM – CX C/30 – select - POLIVITAMÍNICO E MINERAIS –	BR 0474337	100,00	106,00	2,04	69,34	46cxs	3.189,64
25.	CELECOXIBE 200MG – CX C 30 CAPS	BR 268866	45,00	49,00	1,56	31,85	24cxs	764,40
26.	CILOSTAZOL 100MG - CILOSTAZOL, CONCENTRAÇÃO: 100 MG – CX C/60	BR 0276378	52,00	56,00	0,70	36,23	40cxs	1.449,20
27.	CLONAZEPAM 2MG – CX C/30	BR 0270119	7,00	9,00	0,19	5,39	50cxs	269,50
28.	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG – CX C/60CPR	BR 0268994	140,00	148,00	0,55	96,18	60cxs	5.770,80
29.	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG - LIBERAÇÃO LENTA – CX C/ 30	BR 0302442	60,00	69,00	1,89	43,63	50cxs	2.181,50
30.	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG - LIBERAÇÃO LENTA – CX C/ 30	BR 0302443	110,00	116,00	3,37	76,45	50cxs	3.822,50
31.	CLORIDRATO DE METILFENIDATO - 10 MG – (RITALINA 10MG) CX C/30	BR 0272320	55,01	58,01	1,33	38,11	120cxs	4.573,20
32.	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG - PAROXETINA CLORIDRATO, DOSAGEM:20 MG – CX C/30	BR 0273940	20,00	27,00	0,46	15,82	140cxs	2.214,80
33.	CLORIDRATO DE SERTRALINA 100MG - SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM:50MG – CX C/30	BR 272363	44,00	46,00	2,18	16,72	150cxs	2.508,00
34.	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG - SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM:50MG – CX C/30	BR 0272365	20,00	23,00	0,24	14,41	200cxs	2.882,00
35.	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG – CX C/ 30CPR	BR 268534	50,00	54,00	1,45	35,15	24cxs	843,60
36.	CLORIDRATO DE TRAZODONA 100MG – CX C/ 30	BR 362259	50,00	56,00	1,04	35,68	36cxs	1.284,48
37.	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG – CX C/ 30	BR 362260	205,29	208,29	5,77	139,78	24cxs	3.354,72
38.	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG - VENLAFAXINA, COMPOSIÇÃO:SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:150 MG – CX C/30	BR 0470429	80,00	84,00	1,79	55,26	90cxs	4.973,40
39.	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG - VENLAFAXINA, COMPOSIÇÃO:SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:75 MG – CX C/30	BR 0272382	45,00	47,00	0,95	30,98	90cxs	2.788,20
40.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG – CX C 10CPR	BR 268534	10,00	12,00	8,75	10,25	36cxs	369,00
41.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG – CX C/ 10CPR	BR 309441	100,00	104,00	8,30	70,76	24cxs	1.698,24
42.	CLORIDRATO DE TRAMADOL + PARACETAMOL 37,5MG+325MG – CX C/ 20CPR	BR 285015	30,00	32,00	3,18	21,72	36cxs	781,92
43.	COLÁGENO NÃO HIDROLISADO TIPO II – 40MG – CX C/60	BR 0440302	65,00	67,00	1,79	44,59	30cxs	1.337,70
44.	COLECALCIFEROL, CONCENTRAÇÃO:5.000 UI – (VITAMINA D 5.000) CX C/30	BR 0430434	40,00	49,00	1,25	30,08	30cxs	902,40
45.	COLECALCIFEROL, CONCENTRAÇÃO:50.000 UI – (VITAMINA D 50.000) CX C/8	BR 0431098	50,00	52,00	7,38	36,46	120cxs	4.375,20
46.	CONCARDIO 10MG - CX C/30 - HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL - BISOPROLOL FUMARATO, CONCENTRAÇÃO:10 MG –	BR 0362721	133,65	135,65	2,10	90,80	36cxs	3.268,80
47.	CONCARDIO 2,5MG - HEMIFUMARATO BISOPROLOL, 2,5 MG 2,5 MG) – CX C/30	BR 0362720	248,94	249,94	2,10	166,99	24cxs	4.007,76
48.	CONCARDIO 5MG CX C/30 - HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL- BISOPROLOL FUMARATO, CONCENTRAÇÃO:5MG –	BR0362719	82,64	89,64	0,72	57,66	30cxs	1.729,80
49.	COSOPT COLIRIO - CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA + MALEATO DE TIMOLOL - DOSAGEM:2% + 0,5% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	BR 0272579	195,67	199,67	29,56	141,64	12	1.699,68
50.	DAPAGLIFLOZINA 10MG – CX C/ 30CPR	BR 432908	130,00	136,00	15,58	60,80	36cxs	2.188,80
51.	DAFORIN GTS - CLORIDRATO DE FLUOXETINA	BR0277513	74,56	76,56	38,97	63,36	12	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

	20MG/ML – CX C 1 FRASCO GOTEJADOR C/ 20ML SOL ORAL –							760,32
52.	DEPAKENE LIQUIDO - FRASCO 100ML VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML	BR0328531	28,71	29,71	1,00	19,80	50frasc	990,00
53.	DEPAKOTE ER 250MG)– CX C/30 - DIVALPROATO DE SÓDIO ER - CONCENTRAÇÃO: 250 MG, FORMA FARMACÊUTICA: DE LIBERAÇÃO PROLONGADA –	BR 0433279	80,54	84,54	2,20	55,76	50cxs	2.788,00
54.	DEPAKOTE ER 500MG) CX C/30 - DIVALPROATO DE SÓDIO ER -CONCENTRAÇÃO: 500 MG, FORMA FARMACÊUTICA: DE LIBERAÇÃO PROLONGADA –	BR 0352912	161,33	163,33	3,68	109,44	120cxs	13.132,80
55.	DESVENLAFAXINA 100MG – CX C/30 DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 100 MG – CX C/30	BR 0404152	75,00	77,00	6,11	52,70	60cxs	3.162,00
56.	DESVENLAFAXINA 50MG - DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG – CX C/30	BR0405898	60,00	68,00	18,93	48,94	90cxs	4.404,60
57.	DEXILANT 60MG - DEXLANSOPRAZOL, CONCENTRAÇÃO:60 MG – cx c/ 30 cpr	BR 0450073	132,17	136,17	8,42	92,92	24cxs	2,230,08
58.	DEXILANT – DEXLANSOPRAZOL 30MG – LIBERAÇÃO PROLONGADA CX C/30	BR 461415	132,17	134,17	3,98	90,10	24 cxs	2.162,40
59.	DIAMICRON MR 60MG- GLICAZIDA CONCENTRAÇÃO:60 MG, FORMA FARMACÊUTICA:LIBERAÇÃO PROLONGADA –CX C/60	BR 0442755	215,65	217,65	0,70	144,66	24cxs	3.471,84
60.	DICLORIDRATO DE BETAISTINA - 24 MG – CX C/ 30CPR	BR 0343573	20,00	280,00	0,53	16,17	25cxs	404,25
61.	DIOSMINA+HESPERIDINA - DIOSMINA, COMPOSIÇÃO ASSOCIADA À HESPERIDINA, CONCENTRAÇÃO 900 MG + 100 MG – CX C/30	BR 0428425	75,00	79,00	3,39	52,66	24cx	1.263,84
62.	DIOSMINA+HESPERIDINA - DIOSMINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À HESPERIDINA, CONCENTRAÇÃO:450MG + 50MG – CX C/60	BR 0273818	90,00	94,00	1,53	61,84	100cxs	6.184,00
63.	DIOVAN 160/5MG - CX C/30 - VALSARTANA+ANLODIPINO - ANLODIPINO BESILATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO AO VALSARTANO, CONCENTRAÇÃO:5 MG + 160 MG	BR 0357062	179,62	181,62	2,54	121,26	24cxs	2.910,24
64.	DIOVAN ANLO FIX 320/5MG)VALSARTANA+ANLODIPINO - ANLODIPINO BESILATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO AO VALSARTANO, CONCENTRAÇÃO:5 MG + 320 MG	BR 0357063	179,62	181,62	9,40	123,54	24cxs	2.964,96
65.	DOBEVEN – DOBESILATO DE CALCIO – CONCENTRAÇÃO 500MG CX C/60	BR 434714	190,41	193,41	2,10	127,97	48 cxs	6.142,56
66.	DONAREN 100MG – CX C/30 - CLORIDRATO DE TRAZODONA - TRAZODONA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:100 MG –	BR 0362259	136,83	138,83	1,04	92,23	30cxs	2.766,90
67.	DONAREN 50MG - CX C/60 - CLORIDRATO DE TRAZODONA - TRAZODONA CLORIDRATO, DOSAGEM:50 MG	BR 0276948	63,03	65,03	1,45	43,17	15cxs	647,50
68.	DONAREN RETARD 150MG – cx c/ 30 - CLORIDRATO DE TRAZODONA - TRAZODONA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:150 MG, FORMA FARMACÊUTICA:LIBERAÇÃO CONTROLADA	BR 0362260	205,29	207,29	5,77	139,45	30cxs	4.183,50
69.	DORZOLAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM:2%, TIPO MEDICAMENTO:SOLUÇÃO OFTÁLMICA – (DORZOLAMIDA COLÍRIO)	BR 0272580	62,00	67,00	29,56	52,86	24 frasc	1.268,64
70.	DRUSOLOL COLÍRIO - CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA + MALEATO DE TIMOLOL- DOSAGEM:2% + 0,5% - :SOLUÇÃO OFTÁLMICA	BR 0272579	105,96	108,96	28,98	81,00	12	972,00
71.	ESOMEPRAZOL – MAGNESIO TRI HIDRATADO 40MG – CX C/ 28CPR	BR 460948	90,00	95,00	9,32	64,77	24cxs	1.554,48
72.	EXFORGE– 160MG/12,5MG/5MG – VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA + BESILATO DE ANLODIPINO – CX C/ 28CPR	BR 396557	205,82	207,82	31,45	148,23	24cxs	3.557,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

73.	EXFORGE – 320MG/25MG/10MG – VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA + BESILATO DE ANLODIPINO – CX C/ 28CPR	-	242,23	244,23	8,45	164,97	24cxs	3.959,28
74.	FENOFIBRATO 200MG - FENOFIBRATO, DOSAGEM:200 MG – CX C/30	BR 0267081	203,83	207,83	4,91	138,85	24cxs	3.332,40
75.	FOSFATO DE CODEÍNA – 30MG – CX C/ 30CPR	BR 272782	40,00	43,00	1,22	28,07	36cxs	1.010,52
76.	FOSTAIR DPI - DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA+FUMARATO DE FORMOTEROL- COMPOSIÇÃO:ASSOC. C/ BROMETO GLICOPIRRÔNIO E FORMOTEROL, CONCENTRAÇÃO:200+ 12,5 + 6 MCG/DOSE , FORMA FARMACEUTICA:AEROSSOL ORAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM INALADOR - PARA 120 DOSES	BR 0470130	259,15	279,15	222,77	253,69	30frasc	7.610,70
77.	FOSTAIR DPI - DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA+FUMARATO DE FORMOTEROL- COMPOSIÇÃO:ASSOC. C/ BROMETO GLICOPIRRÔNIO E FORMOTEROL, CONCENTRAÇÃO:100 + 12,5 + 6 MCG/DOSE , FORMA FARMACEUTICA:AEROSSOL ORAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM INALADOR - PARA 120 DOSES	BR 470130	259,15	269,15	222,77	250,35	30frasc	7.510,50
78.	GALVUS MET 50/1000) - VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA- CONCENTRAÇÃO:1000 MG + 50 MG – CX C/56	BR 0397600	266,26	269,26	5,82	180,44	60cxs	10.826,40
79.	GALVUS MET 10/1000 – VIDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA – CONCENTRAÇÃO 10/1000 – CX C/ 56CPR	-	266,26	268,26	5,19	179,90	24cxs	4.317,60
80.	GALVUS MET 50/850 - VILDAGLIPTINA, + CLORIDRATO DE METFORMINA ASSOCIADA À 850 MG + 50 MG – - cx c/ 56 cpr	BR 0397598	266,26	271,26	7,43	181,65	12cxs	2.179,80
81.	GLIFAGE XR 750MG - CX C/30CLORIDRATO DE METFORMINA: cx c/ 30	BR 0388797	42,11	55,11	0,59	32,60	24cxs	782,40
82.	GLUCOSAMINA+CONDROITINA - COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, CONCENTRAÇÃO:1,5 G + 1,2 G, FORMA FARMACÉUTICA:PÓ ORAL – CX C/ 30SACHE	BR 0394237	160,00	164,00	6,19	110,06	50cxs	5.503,00
83.	HEMITARTATO DE ZOLPIDEN - ZOLPIDEM, DOSAGEM:10 MG – CX C/ 30	BR 0278316	15,00	17,00	0,18	10,72	60cxs	643,20
84.	INZELM – VONOPRAZANA 20MG CX. C/30	BR 473682	259,23	269,23	7,46	178,64	20 cxs	3.572,80
85.	JANUMET 50/1000 – FOSFATO DE SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA – CX C/ 56CPR	-	346,12	349,12	10,43	235,22	24cxs	5.645,28
86.	JANUMET 50/850 – FOSFATO DE SITAGLIPTINA _ CLORIDARTAO DE METFORMINA – CX C/ 56CPR	BR 392708	346,12	348,12	6,32	233,52	24cxs	5.604,48
87.	JARDIANCE 10MG– CX C/ 30 - EMPAGLIFLOZINA 10MG – CX C/ 30 CPR –30	BR0437078	327,25	329,25	7,63	221,37	12cxs	2.656,44
88.	JARDIANCE 25MG) - CX C/30 EMPAGLIFLOZINA - EMPAGLIFLOZINA, CONCENTRAÇÃO:25 MG –	BR 0434874	327,25	328,25	52,41	235,97	36cxs	8.494,92
89.	LAMITOR 100MG- CX C/60 LAMOTRIGINA - DOSAGEM:100 MG - não pode trocar	BR 0272809	214,53	217,53	11,05	147,70	36cxs	5.317,20
90.	LEVOTIROXINA SÓDICA 137MG	BR 431312	50,00	53,00	0,94	34,64	36cxs	1.247,04
91.	LEVOTIROXINA SÓDICA 175MG	BR 270768	24,00	27,00	1,05	17,35	36cxs	624,60
92.	LEVOTIROXINA SÓDICA 75MG –	BR 0268859	16,00	18,00	1,07	11,69	36cxs	420,84
93.	MALEATO DE MIDAZOLAM - MIDAZOLAM, DOSAGEM:15 MG –	BR 0272817	70,00	73,00	26,81	56,60	24cxs	1.358,40
94.	MELLERIL 100MG - CLORIDRATO DE TIORIDAZINA - 100 MG – CX C/20COMP	BR 0272367	55,00	57,00	1,89	37,96	30cxs	1.138,80
95.	MELLERIL 200MG - CLORIDRATO DE TIORIDAZINA CONCENTRAÇÃO:200 MG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LIBERAÇÃO PROLONGADA – CX C/30	BR 0448642	98,99	99,99	1,89	66,95	30cxs	2.008,50
96.	MENELAT ODT 30MG - CX C/30 - MIRTAPAZINA, CONCENTRAÇÃO:30 MG	BR 0448031	180,64	185,64	3,51	123,26	50cxs	6.163,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

97.	MONTELUCSTE SODICO – CONCENTRAÇÃO 10MG – CX C/ 30 CPR	BR 276271	30,00	34,00	0,93	21,64	48cxs	1.038,72
98.	MYRBETRIC 50MG) CX C/30 - MIRABEGRONA, CONCENTRAÇÃO:50 MG, ADICIONAL:LIBERAÇÃO PROLONGADA	BR 0439143	335,37	338,37	12,14	228,62	24cxs	5.486,88
99.	NAPRIX 5/12,5MG - CX C/30 - RAMIPRIL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA, CONCENTRAÇÃO:5MG + 12,5MG	BR 0276261	78,91	79,91	1,63	53,48	24cxs	1.283,52
100.	NAPRIX 5/MG -CX C/30 - RAMIPRIL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA, CONCENTRAÇÃO 5MG –	BR0276258	86,64	89,64	2,37	59,55	36cxs	2.143,80
101.	NAPRIX – RAMIPRIL – COMPOSIÇÃO ASSOCIADO COM ANLODIPINO – CONCENTRAÇÃO: 5MG + 5MG	BR 276264	80,76	88,76	1,60	57,04	12cxs	684,48
102.	NEOVITE MAX - LUTEÍNA =ZEAAXANTINA - SUPLEMENTO NUTRICIONAL, COMPONENTES: VIT C, VIT E, CU, ZN –CX C/60	BR 0457883	120,90	124,90	2,61	82,80	24CXS	1.987,20
103.	NESINA MET 12,5/1000 MG- CX C/60 - ALOGLIPTINA, + CLORIDRATO DE METFORMINA- :1000 MG + 12,5 MG –	BR 0452623	195,32	197,32	14,25	135,63	50CXS	6.781,50
104.	NESINA PIO 25/30MG - BENZOATO DE ALOGLIPTINA,CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA -, CONCENTRAÇÃO:25 MG + 30 MG – cx c/ 30	BR 0445954	284,47	287,47	17,14	196,36	70cxs	13.745,20
105.	NIMEGON MET 50MG + 1000MG - FOSFATO DE SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA + - CONCENTRAÇÃO 50MG +1000MG CAIXA COM 56 COMPRIMIDOS REVESTIDOS –	BR 0461067	346,12	348,12	10,43	234,89	25cxs	5.872,25
106.	NIMEGON MET 50MG + 850MG - FOSFATO DE SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA - CONCENTRAÇÃO 850MG+50MG, CAIXA COM 56 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	BR0392708	346,12	347,12	0,32	231,18	24cxs	5.548,32
107.	OMEGA 3 PRO KIDS OIL - CX C/60CPS	BR 0410696	50,00	56,00	2,30	36,10	24cxs	866,40
108.	OSSONE– CX C/30 - COLECALCIFEROL - POLIVITAMINAS E MINERAIS –	BR 0433023	119,90	125,90	12,31	86,03	24cxs	2.064,72
109.	OXALATO ESCITALOPRAM, 10 MG – DOSAGEM 10 MG - CX C/30	BR 0291770	16,00	18,00	2,12	12,04	72cxs	866,88
110.	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG - DOSAGEM:15 MG – CX C/30	BR 0291772	30,00	33,00	1,82	21,60	72cxs	1.555,20
111.	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG - DOSAGEM:20 MG – CX C/30	BR 0291771	30,00	34,00	1,28	21,76	72cxs	1.566,72
112.	OXCARBAZEPINA SUSP - DOSAGEM:60 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SUSPENSÃO ORAL	BR 0273255	60,00	68,00	35,44	54,48	400frasco	21.792,00
113.	OXCARBAZEPINA, DOSAGEM:300 MG – CX C/30	BR 0273257	50,00	55,00	1,80	35,60	100cxs	3.560,00
114.	OXCARBAZEPINA, DOSAGEM:600 MG – CX C/30	BR 0273256	95,00	97,00	3,37	65,12	160cxs	10.419,20
115.	OZEMPIC - SEMAGLUTIDA, CONCENTRAÇÃO:1,34 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM SISTEMA DE APLICAÇÃO – (BR 0462141	1.323,92	1.325,92	770,90	1.140,24	12cx	13.682,88
116.	PENTOXIFILINA – DOSAGEM 400MG COMPRIMIDOS CX. C/30	BR 267902	25,00	27,00	2,31	18,50	12 cxs	222,00
117.	PEG CX C/ 14 - SACHE - MACROGOL 3350 - PRINCÍPIO ATIVO:MACROGOL 3350, COMPOSIÇÃO:BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, CONCENTRAÇÃO:13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, FORMA FARMACÊUTICA:PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA	BR 0293981	60,00	66,00	3,85	43,28	36CXS	1.558,08
118.	PERICIAZINA, DOSAGEM:40 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO ORAL – GOTAS – (NEULEPTIL 4% GTS)	BR 0300989	29,94	32,94	143,01	68,63	36frasc	2.470,68



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

119.	PIELMONT – MONTELUCASTE SODICO – CONCENTRAÇÃO 5MG – FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO MASTIGAVEL 5MG CX C/ 30	BR 394655	77,93	79,93	1,13	52,99	12 cxs	635,88
120.	PITAVASTATINA – COMPOSIÇÃO CALCICA – CONCENTRAÇÃO 2MG CX. C/ 30 COMPRIMIDOS	BR 433171	85,00	84,00	2,14	57,04	24 cxs	1.368,96
121.	PITAVASTATINA – COMPOSIÇÃO CALCICA – CONCENTRAÇÃO 4MG CX. C/ 30 COMPRIMIDOS	BR 433172	144,00	147,00	4,52	98,50	24 cxs	2.364,00
122.	PREGABALINA 150MG -CONCENTRAÇÃO:150 MG – CX C/30	BR0392111	34,00	37,00	1,75	24,25	100cxs	2.425,00
123.	PREGABALINA 75MG - CONCENTRAÇÃO:75 MG – CX C/30	BR 0388712	30,00	36,00	1,61	22,53	50cxs	1.126,50
124.	PROCOROLAN 5mg MG - CLORIDRATO DE IVABRADINA CX C/ 28CPR	BR 400853	196,50	199,50	3,76	133,25	24cxs	3.198,00
125.	PROGESTERONA, DOSAGEM:100MG – CX C/ 30	BR 0273953	70,00	73,00	2,51	48,59	100cxs	4.859,00
126.	PROGESTERONA, DOSAGEM:200MG – cx c/ 30	BR 0273952	170,00	172,00	2,78	114,92	60cxs	6.895,20
127.	PROSSO - CITRATO MALATO DE CALCIO+VIT D – 250mg + 2,5mg – CX C/30	BR 0437402	170,00	175,00	9,83	118,27	25cxs	2.956,75
128.	RELVAR 100/25MCG - FLUORATO DE FLUTICASONA + TRIFENATATO DE VILANTEROL - FRASCO 30DOSES DE PÓ PARA INALAR + BANDEJA	BR 448564	214,98	213,98	119,49	182,81	24frasc	4.387,44
129.	RELVAR 200/25mcg - FLUORATO DE FLUTICASONA + TRIFENATATO DE VILANTEROL - FRASCO 30DOSES DE PÓ PARA INALAR + BANDEJA	BR 448565	349,26	351,26	199,64	300,05	24frasc	7.201,20
130.	RIVAROXABANA – XARELTO 20MG RIVAROXABANA, CONCENTRAÇÃO:20 MG – CX C/30	BR 0412091	402,61	405,61	6,21	271,47	60cxs	16.288,20
131.	RISPERIDONA LIQUIDO 1MG/ML – FRASCO COM 30ML + SERINGA	BR 284106	56,00	58,00	16,02	43,34	24frasc	1.040,16
132.	RISPERIDONA 1MG – CX C/ 30CPR	BR 272839	15,00	17,00	16,02	16,00	36cx	576,00
133.	RISPERIDONA 2MG – CX C/ 30CPR	BR 268149	15,00	18,00	0,22	11,07	36cxs	398,52
134.	RIVAROXABANA 10MG (XARELTO) - RIVAROXABANA, CONCENTRAÇÃO:10 MG – CX C/30	BR 0394103	143,80	145,80	4,01	97,87	30cxs	2.936,10
135.	RIVAROXABANA 2,5MG– (XARELTO) RIVAROXABANA, CONCENTRAÇÃO:2,5 MG – CX C/30	BR 0412092	200,99	205,99	4,02	137,00	24cxs	3.288,00
136.	RIVAROXABANA CONCENTRAÇÃO 15MG CX C/ 30	BR 412092	40,00	46,00	4,02	30,00	24cxs	720,00
137.	RIVOTRIL 2MG - CLONAZEPAM, DOSAGEM:2 MG –CX C/30 – não trocar	BR 0270119	36,00	38,00	0,19	24,73	12cxs	296,76
138.	ROHYDORM 2MG - FLUNITRAZEPAM, CONCENTRAÇÃO:2 MG –CX C/30	BR 0363778	54,08	57,08	2,17	37,77	24cxs	906,48
139.	ROSUVASTATINA CALCICA 10MG - CONCENTRAÇÃO:10 MG – CX C/30	BR 0282881	18,00	19,00	2,87	13,29	60cxs	797,40
140.	ROSUVASTATINA CALCICA 20MG CONCENTRAÇÃO:20 MG CX C/30	BR 0282882	28,00	30,00	4,33	21,11	60cxs	1.266,66
141.	SACARATO DE ÓXIDO FÉRRICO – 20MG/ML – CX C/ 5AMP DE 5ML –	BR0448616	70,00	76,00	12,89	52,99	300cxs	15.897,00
142.	SPIRIVA- BROMETO DE TIOTRÓPIO COMPOSIÇÃO: CONCENTRAÇÃO:2,5 MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM INALADOR –	BR 0383660	528,06	529,06	265,07	447,39	30frasco	13.421,70
143.	SUSTRATE 10MG - CX C/50 - PROPATILNITRATO, DOSAGEM:10 MG	BR 0273135	40,48	43,48	0,81	28,25	24cxs	678,00
144.	SULFATO DE MORFINA 10MG – CX C/ 20CPR	BR 304871	49,00	51,00	14,55	38,18	36cxs	1.374,48
145.	TANSULOSINA , CONCENTRAÇÃO 0,4MG – CX C/30	BR0396211	65,00	68,00	1,14	44,71	12cxs	536,52
146.	TEGRETOL – SUSP ORAL CARBAMAZEPINA 20MG/ML, CAIXA COM 1 FRASCO COM 100ML DE SUSPENSÃO DE USO ORAL + 1 SERINGA DOSADORA –	BR0272454	38,06	39,06	10,41	29,17	120	3.500,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

147.	TEGRETOL CR 200MG – CARBAMAZEPINA DOSAGEM 200MG – CX C/ 60CPR	BR 267618	99,77	101,77	0,83	67,56	15CXS	1.013,40
148.	TEGRETOL CR 400MG - CARBAMAZEPINA, DOSAGEM:400 MG, APRESENTAÇÃO:LIBERAÇÃO CONTROLADA – CX C/60	BR 0272457	240,53	246,53	2,83	163,29	15CXS	2.449,35
149.	TORVAL CR 300MG– CX C/60 - VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO, 300 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	BR0407033	97,30	99,30	0,93	65,84	24cxs	1.580,16
150.	TORVAL CR 500MG – CX C/60 - VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO 500 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA –	BR 0400436	162,69	165,69	1,30	110,22	36cxs	3.967,20
151.	TRAYENTA 5MG CX C/30 - LINAGLIPTINA, CONCENTRAÇÃO:5 MG –	BR 0407214	333,43	335,43	7,22	225,39	24cxs	5.409,36
152.	TREZETE 10/10MG - EZETIMIBA + ROSUVASTATINA 10MG+10MG– CX C/30	BR 0485127	96,15	98,15	7,38	67,23	24cxs	1.613,52
153.	TREZETE 20/10MG - CX C/30 - EZETIMIBA + ROSUVASTATINA CALCICA COMPOSIÇÃO: CONCENTRAÇÃO:10MG + 20 MG –	BR 0477128	135,96	137,96	16,92	96,94	72cxs	6.979,68
154.	TRIMBOW 100MCG+6MCG+12,5MCG - DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + FUMARATO DE FORMOTEROL + BROMETO DE GLICOPIRRÔNIO. 100MCG+6MCG+12,5MCG - frasco de 120doses	BR 0470130	478,81	479,81	222,77	393,79	24 frasc	9.450,96
155.	VALSARTANA 160MG - VALSARTANA, CONCENTRAÇÃO:160 MG – CX C/30	BR 0306145	40,00	45,00	2,38	29,12	120cxs	3.494,40
156.	VALSARTANA 320MG - VALSARTANA, CONCENTRAÇÃO:320 MG – CX C/30	BR0306146	75,00	77,00	3,11	51,70	40cxs	2.068,00
157.	VENALOT H CREME - CUMARINA+HEPARINA SÓDICA - 50 UI + 5 MG/ML, CREME –	BR 0342734	95,00	97,00	51,70	81,23	24tubo	1.949,52
158.	VENVANSE 30 MG - CX C/30 - DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA -CONCENTRAÇÃO:30 MG	BR 0407328	498,51	499,51	12,94	336,99	100cxs	33.699,00
159.	VENZER H 16/MG CANDERSATANA CILEXETILA 16MG –CX C/ 30	BR0296076	91,46	93,46	1,80	62,24	25cxs	1.556,00
160.	VESOMNI CX C/30 - SUCCINATO DE SOLIFENACINA + CLORIDRATO DE TANSULOSINA - 6 MG + 0,4 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	BR 0439129	234,65	236,65	13,33	161,54	24cxs	3.876,96
161.	XIGDUO 10/1000 - DAPAGLIFLOZINA, + CLORIDRATO DE METFORMINA, ASSOCIADA À CONCENTRAÇÃO:1000 MG + 10 MG, FORMA FARMACÊUTICA:AÇÃO PROLONGADA –CX C/60	BR 0437837	267,06	269,06	5,43	180,51	20cxs	3.610,20
162.	XIGDUO 5/1000 – CXC 60 - DAPAGLIFLOZINA + CLORIDRATO DE METFORMINA + - CONCENTRAÇÃO:5mg + 1000 mg -	BR 0441621	266,92	267,92	4,38	179,74	36cxs	6.470,64
163.	ZIRVIT KIDS- LIQUIDO- POLIVITAMINAS E MINERAIS – frasco de 150ml	BR 0396695	90,00	93,00	5,43	62,81	24frasc	1.507,44
164.	INDACATEROL 150 MCG 30 CAP + INALADOR	BR 404346	198,30	201,30	17,93	139,17	12 CX	1.670,04
TOTAL GERAL								587.835,93

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 104/2020 e Decreto Municipal nº 051/2025.

1.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo realizado no primeiro ano de vigência da ata, nos termos do Decreto Municipal nº 104/2020 e Decreto Municipal nº 051/2025.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 587.835,93 (quinhentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e cinco**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas acima.

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO DOS MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO NOSSO MUNICÍPIO –

valor referente a aquisição de medicamentos de uso domiciliar para serem distribuídos aos pacientes portadores de doenças crônicas, saúde mental, neurológicas, cardiológicas e outros que necessitam de medicamentos que não fazem parte da farmácia básica, sem condições de adquirir com recurso próprio. pessoas carentes e vulneráveis, sem condições financeiras para um tratamento adequado de sua saúde.

2.2. JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO COM CRITÉRIO DE PARTICIPAÇÃO LOCAL E REGIONAL

A presente contratação tem por objeto a aquisição de medicamentos, destinados ao atendimento das demandas da rede municipal de saúde, visando garantir a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde, especialmente em situações de urgência e emergência.

A opção pela modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mostra-se a mais adequada, uma vez que se trata de aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no edital, permitindo maior competitividade, transparência, economicidade e celeridade ao procedimento licitatório.

Justifica-se, ainda, a adoção de critério de participação restrita ao âmbito local e regional, abrangendo fornecedores sediados nos municípios integrantes das associações AMENORTE, AMERIOS e AMUSEP, conforme autorizado pelo Decreto Municipal nº 104/2020 e pelo Decreto Municipal nº 051/2025, que estabelecem políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico local e regional, em consonância com o art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e com os princípios da administração pública.

Tal medida visa:

- Fortalecer a economia local e regional, estimulando a geração de emprego e renda;
- Assegurar maior agilidade no fornecimento, fator essencial para medicamentos, considerando a sensibilidade logística, prazos de entrega e condições de armazenamento;
- Reduzir riscos de desabastecimento, garantindo pronta reposição dos produtos;
- Promover a sustentabilidade da contratação pública, alinhando eficiência administrativa e desenvolvimento regional.

Ressalta-se que a restrição geográfica não compromete a competitividade do certame, uma vez que há número suficiente de fornecedores qualificados na região delimitada, conforme pesquisa de mercado realizada, preservando-se, assim, os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e do interesse público.

Justifica-se, que os itens serão entregues de forma parcelada de acordo com a necessidade da Contratante e conforme solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde. Motivo pelo qual a contratante não possui local adequado para o armazenamento e conservação do total do material licitado.

Diante do exposto, resta devidamente justificada a realização de Pregão Eletrônico para aquisição de medicamentos, com participação local e regional, nos termos dos Decretos Municipais nº 104/2020 e nº 051/2025, atendendo às necessidades da Administração Municipal e às normas legais vigentes.

2.3. Atendimento a Normativas e Legislação:

Diante da necessidade de salvar vidas e promover a saúde dos usuários do sistema único de saúde, é necessária a realização do processo de licitação, para que possamos adquirir os medicamentos de forma legal, dentro das normas públicas de processo licitatório

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

3.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- 3.1.1. O critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o **menor preço por item**;
- 3.1.2. Não serão aplicadas a indicação e/ou vedação de marcas;
- 3.1.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 3.1.4. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'e', e art. 40, §1º, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/21)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

- 4.1** A entrega deverá ocorrer de na data, horário e local descrito na autorização de entrega, emitida com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias.
- 4.2** Os itens serão entregues de forma parcelada de acordo com a necessidade da Contratante e conforme solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde. Motivo pelo qual a contratante não possui local adequado para o armazenamento e conservação do total do material licitado.
- 4.3** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.4** O objeto deverá ser entregue no seguinte endereço: Secretaria de Saúde da Prefeitura de TAPEJARA
- 4.5** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.6** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.7** O recebimento definitivo ocorrerá imediatamente a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 4.8** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 4.9** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 4.10** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 4.11** **Garantia**
- 4.10.1.** Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos 75% do prazo de validade total ou pelo prazo mínimo de 01 ano para uso. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição seja por conta da fabricação do medicamento ou por razões de logística, deverá ser justificada e previamente avaliada pela Secretaria que poderá, excepcionalmente, admitir a entrega do pedido total ou parcial acompanhado da carta de compromisso de troca, obrigando-se o fornecedor, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade. E a mesma se responsabiliza pelo recolhimento dos medicamentos que não foram utilizados, não onerando o município com sua inutilização (incineração).

4.11. Recebimento do objeto

- 4.11.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.11.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sempre prejuízo da aplicação das penalidades.

- 4.11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 4.11.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.
- 4.11.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 4.11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela em controvérsia da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 4.11.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de recebimento definitivo.
- 4.11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'f', da Lei nº 14.133/21)

- 5.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.5 Após a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.6 A execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 5.7 O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.8 O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.10 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

- 5.11** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.
- 5.12** O fiscal deverá comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 5.13** O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.14** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 5.15** O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para o atendimento da finalidade da administração.
- 5.16** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesas e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 5.17** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior, se for o caso, aquelas que ultrapassem a sua competência.
- 5.18** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.
- 5.19** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 5.20** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6. DOS CRITÉRIOS E DO PRAZO DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

- 6.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pela Contratada.
- 6.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.3** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 6.3.1** O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.
- 6.3.2** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.
- 6.4** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual desta que do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.5 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de pregão eletrônico e identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação pública, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.5.1 Constatando-se uma situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

6.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável; independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

6.7 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.8 O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias, após entrega**, contados da entrega dos bens e execução dos serviços.

6.8.1 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

6.8.2 Prazo de entrega até três vezes por semana conforme a necessidade da secretaria

7.DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	Unid.	Funcional Programática	Categoria Econômica	Red.	Recursos Financeiros	Fonte
11	001	1030100232020	3.3.90.30	407	Material Bem, ou Serviços para Distribuição Gratuitas	303
11	001	1030100232020	3.3.90.30	410	Material Bem, ou Serviços para Distribuição Gratuitas	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

a) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

b) Fonte de Recurso: Federal e Próprio

DECLARAÇÃO

(APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA DE PREÇOS)

DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE REGÃO ELETRÔNICO E EM SEUS ANEXOS.

1) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.

2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de contratação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.

3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis

pagamentos: Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, serão depositados na conta informada.

(colocar data e assinatura do representante legal)

Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

ANEXO II – MODELO DE

CREDENCIAMENTO REF.: PREGÃO ELETR

ÔNICONº/2026

Por este instrumento, a empresa _____,
sediada em _____, inscrita no CNPJ sob nº _____,
outorga poderes a _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, para representá-la no
Pregão Eletrônico nº ____/2026 do Município de TAPEJARA, podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao
certame, notadamente: formular ofertas; assinar os documentos da licitação; negociar preços; interpor recursos
ou renunciar ao direito de propô-los.

(assinatura, nome e CPF do mandante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

UNIFICADA REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026

Prezado(as) Senhores(as):

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam a seu desqualificação desta situação.

***Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

a) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Pregão Eletrônico, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

c) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos;

d) Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para a reabilitada da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;

f) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;

g) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos Processos Licitatórios/de Contratação Direta, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)

_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, cuja função/cargo é _____, sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

h) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

i) Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo solicitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

j) Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

k) Nomeamos e constituímos o(a) senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob n.º _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico nº _____ e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

_____, _____ de _____ de 2026.

(nome e CPF, completo do representante da empresa e

assinatura). (nome e CNPJ, completo da empresa

e assinatura).



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE COMPRA Nº ***/2026

Pelo presente instrumento de ata que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE TAPEJARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.345/0001-06, com sede administrativa na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442, Centro, em TAPEJARA, Estado do Paraná, neste ato representado Prefeito Municipal, o **Sr. RONALDO ADRIANO VILAS BOAS**, brasileiro, casado, pecuarista, agente político, inscrito no CPF sob nº 030.460.669-37, portador da Cédula de Identidade nº 7.253.715-7 SSP/PR., residente e domiciliado nesta cidade de TAPEJARA, Paraná, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado do _____, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade, RG nº _____ SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na cidade de TAPEJARA, Estado do Paraná, resolvem na melhor forma de direito, a presente ata, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº _____ e no Pregão Eletrônico nº _____/2026-PMT, homologado pela Portaria nº _____/2026, em _____, publicado no Jornal TAPEJARA Ilustrado, em _____, edição nº _____, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pela lei 11462/2023; da Lei Municipal nº 2242, de 1º de setembro de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 104/2020, do Decreto Municipal nº 051/2025 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA E ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – UPA 24 HORAS, conforme segue:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit. (R\$)	Marca/ Modelo	Valor Total (R\$)
	VALORTOTAL					

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Único: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

I – O Termo de Referência;

II – A Proposta da Contratada;

III – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº _____/2026-PMT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR (ES) E FISCAL (IS): De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de TAPEJARA-PR, indica-se como **GESTOR DE CONTRATO:** o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade, RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____; como **FISCAL DE CONTRATO:** o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade, RG nº _____,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

inscrito no CPF sob nº _____.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência da presente Ata de Registro de preços será de **01 (um) ano**, tendo início em de _____ de 2026 e com término em de _____ de 2026, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 104/2020.

Parágrafo Primeiro: No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo realizado no primeiro ano de vigência da ata, nos termos do Decreto Municipal nº 104/2020.

Parágrafo Segundo: O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

I – O valor total da presente contratação é de R\$ xxxxxxx (valor por extenso);

II – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

III – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos;

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor.

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Município fará a retenção do Imposto de Renda (IR), nos termos Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e da Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, e alterações posteriores, bem como as disposições previstas no Decreto Municipal nº 206/2023 de 17 de julho de 2023, mediante instruções da Secretaria de Fazenda.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta-corrente, a serem indicados pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias, após entrega**, com o recebimento da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal;

I – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, por meio de Termo de Recebimento ou Recibo;

III – Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

IV – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deve manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula, fica condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

que deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da Contratada, verificada por meio dos documentos elencados no art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

Parágrafo Terceiro: Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

Parágrafo Quarto: Constatando-se quaisquer irregularidades por parte da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Quinto: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Sexto: Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

Parágrafo Sétimo: Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

Parágrafo Oitava: As notas fiscais deverão ser encaminhadas à _____, conforme solicitado.

CLÁUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO: A DETENTORA DA ATA, quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o Pregão Eletrônico nº ____/2026 e a Ata de Compra nº ____/2026– PMT.

Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome do **MUNICÍPIO DE TAPEJARA**, inscrito no CNPJ nº 76.247.345/0001-06, com as informações contidas na Nota de Empenho.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

I – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em _____;

II – Após o interregno de 01(um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

III – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

IV – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

V – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

VI – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

VII – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

VIII – O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com o presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unid.	Funcional Programática	Categoria Econômica	Red.	Recursos Financeiros	Fonte
11	001	1030100232020	3.3.90.32	407	MATERIAL, BEM OU SERVIÇOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	303
11	001	1030100232020	3.3.90.32	410	MATERIAL, BEM OU SERVIÇOS	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

					PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
--	--	--	--	--	----------------------------	--

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS: O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo ao Pregão Eletrônico nº _____/2026 – PMT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

I - A entrega deverá ocorrer na data, horário e local descrito na autorização de entrega, emitida com antecedência de no mínimo 30 dias.

II - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

III - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

IV - O recebimento definitivo ocorrerá imediatamente a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

V - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

VI - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

VII - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

I – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da entrega realizada, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

II – A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

III – O fiscal do contrato anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

IV – A conformidade do material a ser entregue, deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

V – A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

VI – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

VII – Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto, nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;

VIII – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR : Além das obrigações exigidas em Lei, o **CONTRATANTE** deverá:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;

II – Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na presente ata;

III – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta da Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

IV – Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;

V – Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pela Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

VI – Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

VII – Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas na presente ata;

VIII – Aplicar à Contratada as sanções previstas em Lei e na presente ata;

IX – Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

X – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

a) O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.

XI – Notificar os emitentes da (s) garantia (s) na ata, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo Único: O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA: Além das obrigações exigidas em Lei, a **CONTRATADA** deverá:

I – Cumprir todas as obrigações constantes da presente ata e demais documentos anexos, assumindo como



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

IV – Comunicar o Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V – Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor da ata, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

VI – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VII – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII – Não contratar, durante a vigência da ata, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor da ata, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

IX – Entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

d) Certidão de Regularidade do FGTS–CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

X – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

XI – Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

XII – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XIII – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;

XIV – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

XV – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

XVI – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVII – Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023;

a) Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;

b) O pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

eventual prorrogação;

XVIII – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

XIX – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XX – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;

XXI – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;

XXII – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

XXIII – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XXIV – Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;

XXV – Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula oitava do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, a **DETENTORA DA ATA** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;

II – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023);

b) **Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do inciso acima descrito, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023);

d) **Multa**:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023);

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023);

IV – Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023);

V – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023);

VI – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

VIII – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

IX – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para ao Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora Contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Quarto: O Contratante deverá, no prazo máximo **15(quinze) dias úteis**, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA OBRIGATORIEDADE DAS COTAS DE APRENDIZES:

I – Nos casos de contratação e/ou prestação de serviços terceirizados que envolvam mão de obra cujas atividades demandem formação profissional competirá às partes contratuais:

- a) Dentre os aprendizes a serem contratados (as) pela Contratada, a mesma deverá priorizar a contratação de adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, **que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social**,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III e §2º, do Decreto Presidencial nº 9.579 de 22 de novembro de 2018, com redação conferida pelo Decreto Presidencial nº 11.479 de 06 de abril de 2023;

b) É responsabilidade da empresa Contratada a comprovação da condição de vulnerabilidade e/ou risco social por meio da apresentação de declaração emitida pela Assistência Social do Município em que ocorrerá a execução do contrato de trabalho de aprendizagem;

c) A Contratante não promoverá contratação com empresas que se encontrem em descumprimento da cota de aprendizes, considerando que a inobservância da respectiva obrigação implica reconhecer a ausência de habilitação social e trabalhista;

d) Caberá à Contratante estabelecer mecanismos efetivos de controle, durante a execução do contrato, quanto à obrigação de cumprimento da cota de aprendizes pelas empresas contratadas, não sendo suficiente a apresentação de autodeclaração pela empresa, incluindo ainda a fiscalização quanto ao cumprimento das demais obrigações trabalhistas e previdenciárias;

e) Caberá à Contratada a averiguação do cumprimento ou não da cota de aprendizes por intermédio do link disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz> (e em sua falta outro método fixado pelo Governo Federal para consulta) emitindo a respectiva certidão de regularidade.

e.1) Durante a fase da execução contratual, a certidão de regularidade de cota de aprendizes deverá ser exibida pela Contratada em conjunto com a apresentação da nota fiscal dos serviços prestados, independente da determinação da sua apresentação por parte da Contratante, para fins de pagamento.

f) A Contratante incumbir-se-á de fiscalizar, durante toda a execução contratual, o cumprimento da cota de aprendizes pela empresa Contratada, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento) no mínimo, e 15% (quinze por cento) no máximo, dos (as) trabalhadores (as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá fazer Uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO, DA EXTINÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A ata se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

II – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a ata.

III – Quando a não conclusão da ata referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção da ata e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

IV – A ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a ata;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V – A extinção do presente termo de ata poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas;

Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sujeitará a **DETENTORA DA ATA** à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo da ata existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, advindo da extinção contratual por culpa da **DETENTORA DA ATA**, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMASEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução desta ata, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta ata, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA: A presente ata é oriundo do Processo Administrativo nº 2026/L– Pregão Eletrônico nº _____/2026 – PMT, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora **DETENTORA DA ATA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DA ATA: A **DETENTORA DA ATA** não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas desta ata, sem prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas nesta ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS: Correrão à conta da **DETENTORA DA ATA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto desta ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobre tudo na Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral das atas e as disposições de direito privado.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A abstenção por parte do MUNICÍPIO, ora **ÓRGÃO GERENCIADOR**, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão desta ata e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES:

I – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;

a) Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou regional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
(0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PROCESSO Nº 005/2026

Fls. _____

Funcionário

II – Os serviços não ajustados na presente ata, que porventura venham a ser solicitados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, “a” desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;

- a) A **CONTRATADA** é obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado na ata;
- b) As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo da ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO: O **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciará a publicação do extrato da presente ata, no Diário Oficial do Município de TAPEJARA/Pr e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pela lei 11462/2023.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO: É eleito o Foro da Comarca de TAPEJARA, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo da Ata, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

TAPEJARA - PR, ____ de _____ de 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Município de TAPEJARA
Contratante Contratada

GESTOR(A):

FISCAL:

TESTEMUNHAS:

***Se necessário apresente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.**